

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Estoque da Dívida de Estados e do Distrito Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados abrange o estoque da dívida dos Governos estaduais e DF, segregado por administração direta e administração indireta custeada pelo Tesouro estadual.	Não
Dotação Orçamentária e Crédito Empenhado da Dívida Pública Federal por Fonte de Recursos	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Dotação Orçamentária Inicial, conforme o disposto na Lei Orçamentária Anual, Dotação Atualizada por suplementações e remanejamentos, Crédito Empenhado e Liquidado da Dívida Pública Federal detalhados por Fonte de Recursos.	Não
Emissões Diretas de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém o histórico dos valores de emissões diretas de títulos públicos, decorrentes de programas de governo ou de operações estruturadas, a partir de janeiro de 2007.	Não
Emissões e Resgates - Dívida Pública Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta as emissões e resgates de dívida pública realizados no mercado primário, onde o investidor adquire o título diretamente do emissor. No âmbito da Dívida Mobiliária Federal é representado pelas operações realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional com os investidores.	Não
Fatores de Variação da Dívida Pública Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém as informações da variação de estoque da DPF entre dois meses e as variáveis responsáveis por essa variação.	Não
Dívida Consolidada dos Estados e do Distrito Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém o valor da dívida consolidada dos Estados e do Distrito Federal, apurada utilizando dados divulgados pelos entes, podendo sofrer ajustes pelo Tesouro Nacional de forma a enquadrá-la nas regras estabelecidas no MDF/MCASP.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Dívida consolidada líquida dos estados e do DF, de 2000 a 2014	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Dívida consolidada líquida (DCL), receita corrente líquida (RCL) e relação DCL/RCL de estados e DF para o período 2000 a 2014, conforme declarado pelos entes da Federação no âmbito da publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), em cumprimento da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF).</p> <p>Os dados são provenientes do sistema SISTN, o qual foi descontinuado pela Caixa Econômica Federal. Atualmente as informações são administradas pela CCONF/STN. O tabulamento dos dados foi feito de forma manual pela COPEM/STN ao longo dos anos. Os dados não contemplam eventuais retificações realizadas pelos entes da Federação.</p> <p>Segue explicação dos conceitos das variáveis apresentadas.</p> <p style="text-align: center;">## Dívida Consolidada Líquida (DCL)</p> <p>De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, a DCL representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros). Caso o valor dos haveres financeiros seja inferior aos Restos a Pagar processados (exceto precatórios), não haverá deduções na DC, e logo a Dívida Consolidada Líquida(DCL) será igual à Dívida Consolidada.</p> <p>Por sua vez, a Dívida Consolidada (DC) ou fundada, para fins</p>	Não
Execução Orçamentária e Financeira da Dívida Pública Federal por Fonte de Recursos	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém o saldo atual da execução orçamentária e financeira da Dívida Pública Federal, para o exercício indicado, por Fonte de Recursos.	Não
Execução Orçamentária e Financeira da Dívida Pública Federal por Natureza da Despesa	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém da movimentação líquida da execução orçamentária e financeira da Dívida Pública Federal, por Natureza da Despesa, discriminada por exercício e mês de lançamento.	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Relatórios da Dívida Contratual da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Relatórios da Dívida Contratual da União, extraídos do Sistema de Informações da Dívida Pública.	Não
Resultado dos Leilões da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém as informações sobre os leilões, em oferta pública, de títulos públicos da dívida mobiliária federal interna.	Não
Serviço da Dívida de Estados e do Distrito Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados abrange o serviço da dívida dos Governos estaduais e do DF, segregado por administração direta e administração indireta custeada pelo Tesouro estadual.	Não
Saldos devedores e fluxo de recebimentos de haveres financeiros - Por Programa	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Dados sobre os saldos devedores e pagamentos realizados por entes subnacionais em decorrência de dívidas com a União. Os dados são divididos por programas (dívidas).	Não
Emissões Soberanas da Dívida Pública Federal Externa	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Conjunto de dados contém a listagem de todos os títulos externos emitidos pelo Tesouro Nacional desde 1995 e suas características. Os títulos são emitidos em dólares, euros ou reais (ambos com fluxos de recebimento e pagamento em dólares), usualmente com data de vencimento de 10 e 30 anos.	Não
Estoque da Dívida Pública Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém as informações do estoque da DPF no fechamento de cada mês.	Não
Estoque da dívida ativa federal	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	Este conjunto de dados contém as informações do estoque da DPF no fechamento de cada mês.	Não
Estoque da dívida previdenciária	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)		Não
Estoque da dívida do FGTS	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	Conjunto de informações sobre débitos inscritos em dívida ativa da União ou do FGTS referente a pessoas físicas ou jurídicas, na condição de devedor principal, corresponsável ou solidário.	Não
Resultado do Regime Geral de Previdência Social	Secretaria de Previdência (SPREV)	Resultado do Regime Geral de Previdência Social: apresentação mensal sobre a arrecadação e despesas do Regime Geral de Previdência Social.	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Acidentalidade por CNPJ	Secretaria de Previdência (SPREV)	Sistema de Gestão de Benefícios por Incapacidade, que consiste em medida de transparência ativa, o qual permite que qualquer cidadão possa consultar o número total de benefícios por incapacidade decorrentes de acidente de trabalho por espécie (B91, B92, B93, B94) e as CATs emitidas por cada estabelecimento de uma empresa (CNPJ completo).	Não
Relatório de Informações Previdenciárias	Secretaria de Previdência (SPREV)		Não
Alíquotas de Regimes por UF	Secretaria de Previdência (SPREV)	Dados do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV	Não
Regime Previdenciário atual dos Entes Federativos	Secretaria de Previdência (SPREV)	Dados do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV	Não
Auxílios-doença acidentários e previdenciários concedidos segundo os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0	Secretaria de Previdência (SPREV)	Informações sobre auxílios-doença acidentários e previdenciários segundo os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0: Tabela disponibilizando o cruzamento dos benefícios de auxílio doença previdenciários (B31) e acidentários (B91) concedidos por atividade econômica (CNAE).	Não
Base de Dados históricos de acidentes de trabalho	Secretaria de Previdência (SPREV)	AEAT Infologo: sistema disponível para consulta externa, permite reproduzir as tabelas publicadas no AEAT de cada ano.	Não
Histórico de Regime Previdenciário	Secretaria de Previdência (SPREV)	AEPS Infologo: sistema disponível para consulta externa, permite reproduzir as tabelas publicadas no AEPS de cada ano.	Não
Valor Médio dos Benefícios emitidos pelo INSS	Secretaria de Previdência (SPREV)	Valor Médio dos Benefícios: série mensal com o valor líquido médio dos benefícios emitidos pelo INSS para fins de cálculos de compensação previdenciária.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses	Secretaria de Previdência (SPREV)	O DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSES - Trata-se de documento obrigatório, previsto na alínea "h" do inciso XVI do artigo 5º da Portaria MPS nº 204/2008, na nova redação dada pela Portaria MPS nº 21/2013, destinado a informações gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Referido Demonstrativo será exigido em substituição ao "Demonstrativo Previdenciário" e ao "Comprovante do Repasse", sendo que estes últimos continuarão sendo exigidos em relação aos bimestres anteriores à sua substituição pelo DIPR.	Não
Certificado de Regularidade Previdenciária	Secretaria de Previdência (SPREV)	O CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA atestará o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos seguintes casos: I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União; II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; III - celebração de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.	Não
Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial	Secretaria de Previdência (SPREV)	O DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - são documentos obrigatórios, previstos no inciso XVI do artigo 5º da Portaria MPS nº 204/2008, destinados a informações relacionadas às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS na forma do contido na Portaria MPS nº 403/2008.	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Parcelamento dos débitos previdenciários	Secretaria de Previdência (SPREV)	O PARCELAMENTO é um módulo do sistema CADPREV cadprev que permite o ente federativo (municípios e estados) parcelar seus débitos através do envio de formalização de valores devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social - RPPS.	Não
Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos	Secretaria de Previdência (SPREV)	O DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DO RECURSOS – Demonstrativo mensal da carteira dos investimentos dos RPPS onde são declarados de forma detalhada os saldos de cada ativo no último dia útil de cada competência e onde também são registradas as operações de aplicações e resgate (APR) ocorridas no período.	Não
Índices de Atualização	Secretaria de Previdência (SPREV)	Índices de atualização: série mensal de números-índice utilizados para cálculo dos benefícios pagos com atraso e dos salários de benefício	Não
Benefícios mantidos pelo INSS	Secretaria de Previdência (SPREV)	Estatísticas por Município, contendo informações sobre as quantidades e valores de benefícios mantidos pelo INSS que foram emitidos e os valores de arrecadação previdenciária (até 2017), em nível municipal, ao longo do ano de referência.	Não
Movimentação e Tempos de Despachos Aduaneiros	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Registro de Irregularidades Aduaneiras	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)	Base descontinuada	Não
Comércio Exterior por NCM Informações de 2016 em diante	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Regime de Tributação Unificada	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Exportações por NCM desde 1997	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Pacote com arquivo CSV com separador ponto e vírgula (;) detalhado por ano, mês, código NCM, código da unidade estatística, código de país de destino/origem do produto, código da UF de origem/destino do produto, código da via de transporte, código da URF de embarque/desembarque, quantidade estatística, quilograma líquido, valor dólar FOB (US\$).	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Importações por NCM desde 1997	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Pacote com arquivo CSV com separador ponto e vírgula (;) detalhado por ano, mês, código NCM, código da unidade estatística, código de país de destino/origem do produto, código da UF de origem/destino do produto, código da via de transporte, código da URF de embarque/desembarque, quantidade estatística, quilograma líquido, valor dólar FOB (US\$).	Não
Destinações de Mercadorias Apreendidas	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)	Destinações de Mercadorias Apreendidas	Não
Ressarcimento de Crédito - REINTEGRA	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Cronograma e Valores dos Lotes de Restituição do IRPF	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)	Cronograma e Valores dos Lotes de Restituição do IRPF	Não
Resultados da Fiscalização	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)	Plano Anual de Fiscalização - Resultados de 2018 e Plano para 2019	Não
Relatórios do Atendimento	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Parcelamento de Débitos	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)	Consulta Parcelamentos Deferidos no Âmbito da RFB e estudos sobre os Impactos dos Parcelamentos Especiais	Não
Gastos Tributários	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Desonerações Tributárias	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Desoneração da Folha de Pagamentos	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)	Relatórios	Não
Resultado da Arrecadação	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Carga Tributária no Brasil	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)	Relatórios contendo a Carga Tributária do Brasil, por bases de incidência	Não
Cadastro Nacional de Obras - CNO	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física - CAEPF	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Sim
Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Créditos Ativos	Secretaria Especial da Receita Federal (RFB)		Não
Acompanhamento dos Projetos de TI do Tesouro Nacional	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém a informações sobre a execução dos Projetos de TI na STN. Os dados estão listados conforme o projeto, seus status e data de início e fim previstos.	Não
Contratos de TI gerenciados no Tesouro Nacional	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Lista de contratos de TI gerenciados na Secretaria do Tesouro Nacional	Não
Execução dos Instrumentos Estratégicos de TI no Tesouro Nacional	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém a informações sobre a execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI. Os dados estão listados conforme o percentual alcançado conforme objetivo estratégico e ação executada.	Não
Projetos de TI previstos e priorizados no Tesouro Nacional	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Quadrimestralmente, o Comitê Diretor de Tecnologia de Informação do Tesouro Nacional analisa e aprova uma lista de projetos de TI que são prioritários para serem executados durante os próximos quatro meses (chamado VOTO).	Não
Quantidade de Documentos Cadastrados por Dia no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta a quantidade de documentos cadastrados por dia no SIAFI em cada Exercício Financeiro e mês de referência.	Não
Lista de Órgãos do SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Quantidade de Transações Realizadas por Dia no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta a quantidade de transações cadastradas por dia no SIAFI em cada Exercício Financeiro e mês de referência.	Não
Quantidade de Usuários Cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta os quantitativos de usuários separados de acordo com sua situação de habilitação no SIAFI (Ativos, Inativos, Bloqueados, Inibidos e Suspensos) além da quantidade total de usuários cadastrados no sistema. Os dados são apresentados por Exercício Financeiro.	Não
Quantidade de Usuários Cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, por Nível de Acesso	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta a quantidade de usuários cadastrados no SIAFI considerando o seu Nível de Acesso.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Quantitativo de Servidores	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Número de servidores públicos vinculados à Secretaria do Tesouro Nacional, ou seja, lotados, em exercício ou com lotação e exercício na STN.	Não
Soluções de TI gerenciados no Tesouro Nacional	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Lista de soluções de TI desenvolvidas e administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Não
Unidades Gestoras Cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta as principais informações sobre as Unidades Gestoras cadastradas no SIAFI. São apresentados o código da unidade, o título, a Unidade Federativa, a função e a situação sobre sua atividade.	Não
Usuários Cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta as principais informações sobre os usuários cadastrados no SIAFI. São apresentados o identificador (CPF), o nome, a Unidade Gestora, o Órgão, o Nível e sua Situação.	Não
Dados de execução do Projeto de Cooperação com o PNUD	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)	Número de consultores e consultorias, nomes, valores, etc	Não
Programa de Aceleração do Crescimento	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)	__PAC__ – O Programa de Aceleração do Crescimento foi criado no início de 2007, conforme Decreto n. 6.025/2007, como um Programa de Governo destinado a incrementar o planejamento de longo prazo, em uma parceria inédita entre o governo, empresas estatais e iniciativa privada. O PAC selecionou diversas ações de investimento, das quais se espera um elevado grau de influência na modernização e ampliação da infraestrutura do país (rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica) e melhoria na qualidade de vida do cidadão (saneamento, saúde e educação).	Não
Desenvolvimento da Infraestrutura - Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento			Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Pró-Infra 2019	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)	Pró-Infra 2019 é a estratégia na qual a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI/SEPEC) - órgão de natureza específica singular conforme Decreto 9.745/2019 e inserido na estrutura do Ministério da Economia – passa a pautar suas ações de forma que a infraestrutura econômica do país (logística, energia, saneamento básico, mobilidade urbana, telecomunicações e habitação popular) permita maior nível de produtividade da indústria, do comércio e dos serviços, potencializando a competitividade e oferta de empregos estruturais.	Não
Relatórios de Monitoramento sobre os Contratos de Gestão firmados pelo ME	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)	Avaliação do Ministério supervisor quanto a metas e indicadores dos Contratos de Gestão, recomendações de melhorias, etc.	Não
Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal	Secretaria de Gestão (SEGES)	Sistema informatizado de suporte às atividades do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, foi instituído pelo Decreto 4896/2003, revogado pelo Decreto 6944/2009, também revogado pelo hoje vigente Decreto 9739/2019, e contém o cadastro oficial com as seguintes informações dos órgãos e das entidades integrantes do sistema estruturador SIORG: I - as estruturas; II - as competências; III - os cargos em comissão e as funções de confiança; IV - o regimento interno; e V - os endereços e os contatos institucionais.	Não
Protocolos do Governo Federal	Secretaria de Gestão (SEGES)	Metadados sobre documentos e processos protocolados no âmbito do poder executivo do governo federal. As informações disponibilizadas referem-se à produção documental dos órgãos e entidades que já aderiram ao sistema Protocolo Integrado (instituído pela Portaria Interministerial nº 2.320, de 30 de dezembro de 2014).	Não
Compras públicas do Governo Federal	Secretaria de Gestão (SEGES)	Dados Abertos do Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Viagens a Serviço do Governo Federal	Secretaria de Gestão (SEGES)	Dados das viagens a serviço do Governo Federal oriundos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).	Não
Sistema de Transportes de Servidores Públicos - TaxiGov	Secretaria de Gestão (SEGES)	Base de dados das corridas realizadas pelo sistema de transporte de servidores públicos por meio de agenciamento de táxis. Disponibilizaremos sem a identificação pessoal dos pontos de partidas e de chegada - em formato aberto - e com dados agregados em painéis.	Não
Transferência Voluntárias da Administração Pública Federal	Secretaria de Gestão (SEGES)	O SICONV disponibiliza acesso livre às informações de Transferências Voluntárias da União com o objetivo de facilitar o acesso aos dados do sistema para a sociedade e a outras esferas de Governo. O usuário poderá baixar as principais informações de Convênios para realizar análises e cruzamentos que desejar a partir desses dados.	Não
Capacidade de Pagamento de Municípios	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém as notas de capacidade de pagamento (CAPAG) de todos os municípios, além das notas obtidas por eles em cada um dos três indicadores avaliados. *O resultado apurado para a CAPAG não vincula a posição do Tesouro Nacional. O cálculo definitivo da CAPAG será efetuado por ocasião da verificação do cumprimento dos limites e condições para contratação de operações de crédito com garantia da União.*	Não
Capacidade de Pagamento dos Estados e do Distrito Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém as notas de capacidade de pagamento (CAPAG) de todos os estados e do Distrito Federal, além das notas obtidas por eles em cada um dos três indicadores avaliados. *O resultado apurado para a CAPAG não vincula a posição do Tesouro Nacional. O cálculo definitivo da CAPAG será efetuado por ocasião da verificação do cumprimento dos limites e condições para contratação de operações de crédito com garantia da União.*	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
CAUC	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados tem como objetivo disponibilizar informações gerenciais do CAUC relativas à situação de cumprimento de requisitos fiscais. As informações aqui contidas não substituem aquelas auferidas pela consulta ao extrato diário do CAUC.	Não
Condições Financeiras dos Haveres da União em Programas de Estados, Municípios e Demais Mutuários Relacionados	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Este conjunto de dados contém as informações sobre os Programas ativos sob o controle da COAFI, relativos a Estados, Municípios e demais mutuários relacionados, juntamente com as condições financeiras dos contratos; e o histórico dos Programas encerrados, acompanhados, em alguns casos, dos respectivos relatórios de encerramento. Trata-se de informações meramente descritivas. Não há tabelas ou planilhas. **Definições**</p> <p><u>__Haveres Financeiros relativos a Estados e Municípios__</u>: São os haveres financeiros da União cujos devedores são os Estados e Municípios e demais mutuários relacionados.</p> <p><u>__Programa__</u>: Está relacionado a um determinado tipo de empréstimo, financiamento ou refinanciamento, cujo credor é a União e os devedores são os Estados, os municípios e demais mutuários relacionados. Cada programa, via de regra, está calcado ou foi estabelecido em consonância com uma Lei, Medida Provisória ou outra norma autorizativa.</p> <p><u>__Contrato__</u>: É o instrumento jurídico que estabelece entre as partes (União, Estados, Municípios, demais mutuários relacionados, agente financeiro, bancos depositários e demais intervenientes) as condições gerais do empréstimo, financiamento ou refinanciamento, tais como taxas de juros, formas de amortização, garantias contratuais, periodicidade de pagamento, dentre outras avenças. Cada contrato está</p>	Não
Contratos Para Financiamentos de Projetos, Aquisição de Bens ou Serviços	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Conjunto de dados contendo as informações das operações de crédito externo contratados pela União, relacionados a financiamento de projetos e aquisição de bens ou serviços (CONTRATAÇÃO DIRETA).	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Cumprimento de Metas do PAF	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém as metas definidas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) e a avaliação pelo Tesouro Nacional do cumprimento ou não das metas pelos Estados e pelo Distrito Federal.	Não
Custos por Itens de Custos - Depreciação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém os custos com Depreciação dos órgãos setoriais de custos do Governo Federal (Ministérios e AGU), detalhados por Conta Contábil.	Não
Custos por Itens de Custos - Geral	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém os custos dos órgãos setoriais de custos do Governo Federal (Ministérios e AGU), detalhados por Itens de Custos, Situação, Natureza da Despesa Detalhada e Resultado EOF (Não estão incluídos Custos com Pessoal, Depreciação ou Transferências).	Não
Custos por Itens de Custos - Pessoal Ativo	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém a Força de Trabalho e os custos com Pessoal Ativo dos órgãos setoriais de custos do Governo Federal (Ministérios e AGU), detalhados por SIORG (Nível 06), SIORG (Nível 07), SIORG (Nível 08), Área de Atuação, Escolaridade, Sexo, Cargo, Faixa Etária e Função do Servidor.	Não
Custos por Itens de Custos - Transferência	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém os custos com Transferências dos órgãos setoriais de custos do Governo Federal (Ministérios e AGU), detalhados por Itens de Custos, Natureza da Despesa Detalhada e Resultado EOF.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Demonstrativos das Contas Anuais dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Contempla a consolidação das Contas Anuais dos Entes da Federação. É composto por quatro grandes demonstrativos: dois patrimoniais, o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), e dois orçamentários, o Demonstrativo da Execução Orçamentária e o Demonstrativo das Despesas por Função. A estrutura dos Demonstrativos das Contas Anuais está definida conforme discriminação abaixo: Anexo I AB Balanço Patrimonial. Anexo I C Balanço Orçamentário – Receitas Orçamentárias. Anexo I D Balanço Orçamentário - Despesas por categoria econômica. Anexo I E Balanço Orçamentário – Despesas por função. Anexo I F Execução dos Restos a Pagar – Despesas por categoria econômica. Anexo I G Balanço Orçamentário – Execução dos Restos a Pagar – Despesas por função. Anexo I HI Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	Não
Despesa Orçamentária da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Demonstrativos com a despesa que depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente	Não
Despesas com o Novo SIAFI - Ambiente de Produção	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta as despesas utilizadas para custeio do ambiente de produção do Novo SIAFI em cada Exercício Financeiro.	Não
Despesas com o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Ambiente de Produção	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados apresenta as despesas utilizadas para custeio do ambiente de produção do SIAFI Operacional em cada Exercício Financeiro.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Despesas da União mensais desde 2008	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Despesas pagas (conceito "valor pago", que inclui pagamentos de despesas do exercício e de restos a pagar) pela União (escopo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social), mês a mês, por: * mês, * Esfera Orçamentária, * Função, Subfunção, * Programa, * Ação, * Grupo de Despesa, * Modalidade de Aplicação, * indicador de Resultado Primário, * indicador de Exceção ao Decreto de Programação Financeira e * indicador de despesas do RGPS (apresenta o valor "VERDADEIRO" / "TRUE" para as despesas atribuídas às unidades orçamentárias do Fundo do Regime Geral de Previdência Social).	Não
Despesas e Transferências Sujeitas ao Teto - EC nº 95/2016	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério "Valor Pago" sujeitas ao limite de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional no 95/2016. São disponibilizadas as rubricas de despesa da forma mais desagregada possível e de acordo com múltiplos recortes (por Poder e Órgão, Função e Programa), implicando em um avanço em termos de transparência e avaliação do gasto público. A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, estabeleceu o Novo Regime Fiscal - NRF no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros. O NRF fixa limites individualizados para as despesas primárias dos órgãos integrantes daqueles orçamentos e estabelece, nos termos do § 1º do art. 107, o método para sua determinação. Conforme disposto no § 10 do art. 107, para a determinação do limite que vigorará para o ano de 2017 será tomada como base a despesa paga em 2016, individualizada por órgão, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetem o resultado primário. Do total da despesa apurada, contudo, os §§ 6º e 11 do art. 107 estabelecem itens que devem ser excluídos da base de cálculo dos limites .	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Despesas por Função do Governo Central - Classificação COFOG	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Este conjunto de dados apresenta as estatísticas de despesas do governo central brasileiro seguindo a Classificação por Função de Governo (COFOG - Classification of Functions of Government) da OCDE/ONU . De acordo com o manual de estatísticas do FMI denominado Government Finance Statistics Manual 2014 – GFSM 2014: “... a classificação por Funções de Governo (COFOG) é a classificação detalhada das funções, ou objetivos socioeconômicos, que as unidades do governo geral pretendem alcançar por meio de distintos tipos de gasto. A COFOG fornece uma classificação dos gastos do governo por funções que são de interesse geral e úteis para uma ampla variedade de aplicações analíticas. Estatísticas sobre saúde, educação, proteção social e proteção ambiental, por exemplo, podem ser usadas para estudar a eficácia de programas governamentais nessas áreas”. Neste trabalho foi considerada apenas a abrangência do governo central orçamentário para o Brasil e demais países da amostra, ou seja, não foram considerados os gastos realizados pelas esferas subnacionais. Sendo assim, os exercícios comparativos devem ser tomados com cautela, na medida em que os gastos dos governos refletem diferentes arranjos federativos (governos centralizados ou federados), sistemas de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), tamanho da população e do território, entre outros. Deve-se, portanto, ter cautela a fim de não produzir comparações espúrias. São disponibilizadas as bases de dados com a classificação das</p>	Não
Dividendos Arrecadados pela União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Este conjunto de dados contém a listagem de todos as receitas arrecadadas pela União a título de dividendos e juros sobre o capital próprio e registrados no sistema SIAFI. Tais recebimentos representam os rendimentos das participações societárias da União pagos no exercício (regime de caixa).</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Espaço Fiscal dos Estados e do Distrito Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém o acréscimo de Espaço Fiscal dado a cada ano para os Estados e o Distrito Federal. Entende-se como Espaço Fiscal o valor limite que cada ente tem para inclusão de dívidas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF). Tal Espaço representa um valor máximo para a contratação de quaisquer operações de crédito desejadas pelo ente, desde que observados os demais limites e condições previstos na legislação.	Não
Estoque do Tesouro Direto	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Esse conjunto de dados mostra o volume total de recursos aplicados ao Tesouro Direto. A metodologia de cálculo dessa estatística é a mesma usada para cálculo do estoque de toda a Dívida Pública Federal, na qual os juros são acumulados de acordo com a taxa de emissão de cada título. Assim, esse estoque não é valorado pelos preços de mercado dos títulos.	Não
Execução Orçamentária dos Estados e do Distrito Federal - PAF	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém as rubricas fiscais dos Estados e Distrito Federal utilizadas para análise no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF).	Não
Extrato de Entregas dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Extrato de todos os relatórios homologados e retificados no Siconfi e de todas as matrizes entregues.	Não
Fundo Soberano do Brasil	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	A série de Patrimônio Líquido do Fundo Soberano do Brasil - FSB faz parte do conjunto de informações utilizadas para fins de monitoramento dos resultados das aplicações financeiras do Fundo, cuja publicidade é dada pelos Relatórios de Desempenho (trimestral), e de Administração (semestral) do FSB, seguindo as melhores práticas para Fundos Soberanos e aos princípios da publicidade e da transparência aplicáveis à Administração Pública. Além disso, o PL do FSB compõe o Balanço de Fundos quando da apuração do Balanço Geral da União - BGU.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Garantias Concedidas em Operações de Crédito Externas	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Conjunto de dados contém as informações das garantias concedidas , relativas às operações externas firmados por Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades controladas e estatais federais, que contem com a Garantia da União.	Não
Garantias Concedidas em Operações de Crédito Internas	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Conjunto de dados contém as informações das garantias concedidas , relativas às operações internas firmados por Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades controladas e estatais federais, que contem com a Garantia da União.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Gastos Sociais do Governo Central - Classificação dos Gastos Tributários	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>A temática gasto social é frequentemente discutida na sociedade brasileira, especialmente em momentos de retração econômica e dificuldades fiscais. Questionamentos surgem a respeito da eficácia dos programas de governo e do montante dispendido com as rubricas em geral, não apenas as consideradas de cunho social. Entretanto, a complexidade do arcabouço orçamentário brasileiro dificulta uma visão global sobre a composição do gasto público e qual o significado econômico de tais dispêndios. Diante disso, o objetivo das séries aqui dispostas é permitir uma análise do gasto social brasileiro a partir de uma série histórica anual iniciada em 2002 e evidenciar a composição desse gasto em sete categorias: assistência social; educação e cultura; organização agrária; previdência social; saneamento básico e habitação; saúde; e trabalho e emprego. Uma vantagem obtida a partir da construção dessas séries foi justamente a possibilidade de se criar uma base tratada de dados com mais de 190 mil registros contábeis, o que permite analisar o dispêndio governamental brasileiro (seja social ou não) em diversas dimensões e diferentes métricas. Assim, pode-se analisar o gasto brasileiro por programa; ação; órgão que executou o gasto; função; subfunção; região em que foi aplicado o recurso; subtítulo (detalhamento sobre a localização física da ação); modalidade de aplicação; e GND – Grupo de Natureza de Despesa. Importante destacar que este trabalho representa um avanço significativo na análise do gasto social público uma vez que estabelece o entendimento</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Gastos Sociais do Governo Central - Despesas OFSS apenas Previdência Social	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>A temática gasto social é frequentemente discutida na sociedade brasileira, especialmente em momentos de retração econômica e dificuldades fiscais. Questionamentos surgem a respeito da eficácia dos programas de governo e do montante dispendido com as rubricas em geral, não apenas as consideradas de cunho social. Entretanto, a complexidade do arcabouço orçamentário brasileiro dificulta uma visão global sobre a composição do gasto público e qual o significado econômico de tais dispêndios. Diante disso, o objetivo das séries aqui dispostas é permitir uma análise do gasto social brasileiro a partir de uma série histórica anual iniciada em 2002 e evidenciar a composição desse gasto em sete categorias: assistência social; educação e cultura; organização agrária; previdência social; saneamento básico e habitação; saúde; e trabalho e emprego. Uma vantagem obtida a partir da construção dessas séries foi justamente a possibilidade de se criar uma base tratada de dados com mais de 190 mil registros contábeis, o que permite analisar o dispêndio governamental brasileiro (seja social ou não) em diversas dimensões e diferentes métricas. Assim, pode-se analisar o gasto brasileiro por programa; ação; órgão que executou o gasto; função; subfunção; região em que foi aplicado o recurso; subtítulo (detalhamento sobre a localização física da ação); modalidade de aplicação; e GND – Grupo de Natureza de Despesa. Importante destacar que este trabalho representa um avanço significativo na análise do gasto social público uma vez que estabelece o entendimento</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Gastos Sociais do Governo Central - Despesas OFSS exceto Previdência Social	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	A temática gasto social é frequentemente discutida na sociedade brasileira, especialmente em momentos de retração econômica e dificuldades fiscais. Questionamentos surgem a respeito da eficácia dos programas de governo e do montante dispendido com as rubricas em geral, não apenas as consideradas de cunho social. Entretanto, a complexidade do arcabouço orçamentário brasileiro dificulta uma visão global sobre a composição do gasto público e qual o significado econômico de tais dispêndios. Diante disso, o objetivo das séries aqui dispostas é permitir uma análise do gasto social brasileiro a partir de uma série histórica anual iniciada em 2002 e evidenciar a composição desse gasto em sete categorias: assistência social; educação e cultura; organização agrária; previdência social; saneamento básico e habitação; saúde; e trabalho e emprego. Uma vantagem obtida a partir da construção dessas séries foi justamente a possibilidade de se criar uma base tratada de dados com mais de 190 mil registros contábeis, o que permite analisar o dispêndio governamental brasileiro (seja social ou não) em diversas dimensões e diferentes métricas. Assim, pode-se analisar o gasto brasileiro por programa; ação; órgão que executou o gasto; função; subfunção; região em que foi aplicado o recurso; subtítulo (detalhamento sobre a localização física da ação); modalidade de aplicação; e GND – Grupo de Natureza de Despesa. Importante destacar que este trabalho representa um avanço significativo na análise do gasto social público uma vez que estabelece o entendimento	Não
Informações de Controle da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Engloba o balancete mensal das contas de natureza orçamentária, classes 7 e 8 conforme PCASP. Os dados, além das contas contábeis são detalhados por informações complementares onde: PO - codificação de poder ou órgão, FR - fontes/destinação de recursos, FF - função da despesa, SF - subfunção, ES - atributo educação saúde, ND - natureza da despesa, AI - ano de inscrição de restos à pagar.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Informações Orçamentárias da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Engloba o balancete mensal das contas de natureza orçamentária, classes 5 e 6 conforme PCASP. Os dados, além das contas contábeis são detalhados por informações complementares onde: PO - codificação de poder ou órgão, FR - fontes/destinação de recursos, FF - função da despesa, SF - subfunção, ES - atributo educação saúde, ND - natureza da despesa, NR - natureza da receita, AI - ano de inscrição de restos à pagar.	Não
Informações Patrimoniais da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Engloba o balancete mensal das contas de natureza patrimonial, classes 1,2,3 e 4 conforme PCASP. Os dados, além das contas contábeis são detalhados por informações complementares onde: PO - codificação de poder ou órgão, FP - atributo financeiro/permanente, FR - fontes/destinação de recursos, DC - atributo dívida consolidada.	Não
Investidores do Tesouro Direto	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém a lista de investidores cadastrados no programa Tesouro Direto. A listagem inclui dados do perfil do investidor como data de adesão, profissão, cidade de residência e estado civil, dentre outros. Há também informação se o investidor está ativo ou não, o que significa que ele ainda opera no programa, assim como existe um indicador se ele operou nos últimos 12 meses. Os investidores são identificados por um código único. Quando um investidor possui cadastro em mais de uma instituição financeira, esse outro cadastro é registrado em uma nova linha com o mesmo código de investidor.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Investimento Público - OGU - Valores Pagos	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Investimento Orçamento Geral da União (OGU) – Corresponde ao total das despesas de investimentos e inversões financeiras, exceto despesas financeiras, conforme definido nos Parágrafos 4º e 5º do Art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Os dados são obtidos a partir de consultas junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A estatística é apurada pelo grupo de natureza da despesa igual a 4 e 5, exceto despesas financeiras.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Limites da LRF para a União: Contratação de Operações de Crédito	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Séries históricas quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Contratação de Operações de Crédito.</p> <p>O artigo de abertura da [Lei de Responsabilidade Fiscal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm), em seu parágrafo primeiro, declara:</p> <p>"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a __obediência a limites__ e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."</p> <p>Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">* despesa total com pessoal;* dívida consolidada;* concessão de garantias e contragarantias; e* operações de crédito.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Limites da LRF para a União: Despesas com Pessoal do Poder Executivo Federal	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Série histórica quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Despesa com Pessoal do Poder Executivo Federal.</p> <p>O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara:</p> <p>"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."</p> <p>Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber:</p> <p>despesa total com pessoal; dívida consolidada; concessão de garantias e contragarantias; e operações de crédito.</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Limites da LRF para a União: Dívida Consolidada Líquida da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Séries históricas quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Dívida Consolidada Líquida da União.</p> <p>O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara:</p> <p>"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."</p> <p>Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">• despesa total com pessoal;• dívida consolidada;• concessão de garantias e contragarantias; e• operações de crédito. <p>O cumprimento desses limites são demonstrados por meio do</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Limites da LRF para a União: Garantias Concedidas	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Séries históricas quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Concessão de Garantias.</p> <p>O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara:</p> <p>"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."</p> <p>Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">• despesa total com pessoal;• dívida consolidada;• concessão de garantias e contragarantias; e• operações de crédito. <p>O cumprimento desses limites são demonstrados por meio do</p>	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Limites de Pagamento dos Órgãos do Poder Executivo da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém os limites de pagamentos dos órgãos, conforme os valores fixados no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, atualizados à medida que são publicadas portarias de ampliações e remanejamentos desses limites. Tais informações são segregadas em Anexo de Fontes de Recursos do Tesouro Nacional), Anexo de Fontes de Recursos Próprias e Anexo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Ficam disponíveis os limites de pagamento do ano corrente e dos dois anteriores.	Não
Lista de municípios do SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Lista de municípios do SIAFI com código SIAFI e código IBGE	Não
Operações de Crédito de Estados e Municípios	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém a listagem dos pedidos para contratar operações de crédito de Estados, Distrito Federal e Municípios e para receber Garantia da União analisados pela Secretaria do Tesouro Nacional a partir do exercício de 2002, em cumprimento às RSF nº 43/2001 e 48/2007.	Não
Operações do Tesouro Direto	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém listagem das operações realizadas no programa Tesouro Direto com detalhamento de título e valor operado. As operações consideram o ponto de vista do Tesouro Nacional, enquanto emissor dos títulos, e são classificadas em Venda, Compra, Retirada ou Depósito.	Não
Participações Societárias da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados contém a listagem de todas as participações societárias detidas diretamente pela União cujos valores de investimento estão registrados no sistema SIAFI. Tais participações representam as empresas estatais federais (empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União detém a maioria do capital votante), bem como as participações minoritárias em outras empresas (empresas estatais estaduais ou municipais, ou em subsidiárias de empresas estatais federais, ou ainda em empresas privadas).	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Planilhas BSPN	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Planilhas utilizadas para a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN)	Não
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - OGU - Valores Pagos	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	__PAC__ – O Programa de Aceleração do Crescimento foi criado no início de 2007, conforme Decreto n. 6.025/2007, como um Programa de Governo destinado a incrementar o planejamento de longo prazo, em uma parceria inédita entre o governo, empresas estatais e iniciativa privada. O PAC selecionou diversas ações de investimento, das quais se espera um elevado grau de influência na modernização e ampliação da infraestrutura do país (rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica) e melhoria na qualidade de vida do cidadão (saneamento, saúde e educação).	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Receita Corrente Líquida da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Série histórica da Receita Corrente Líquida da União.</p> <p>A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União, e aos Municípios, no caso dos Estados, consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei.</p> <p>A Receita Corrente Líquida (RCL) é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores. O demonstrativo da Receita Corrente Líquida da União é publicado mensalmente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União (os relatórios estão disponíveis [aqui](http://www.tesouro.gov.br/-/relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria)), Além disso, em razão de a RCL ser um parâmetro utilizado como referência para o cálculo dos limites da LRF, cujo cumprimento deve ser demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal, emitido quadrimestralmente pelos titulares dos Poderes e Órgãos especificados pela LRF, a STN publica quadrimestralmente demonstrativos específicos da RCL.</p>	Não
Receita Orçamentária da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Receita Orçamentária da União é a receita que ingressa de forma definitiva no patrimônio da União, são recursos próprios que poderão financiar políticas públicas e os programas de governo, podendo estar ou não prevista na Lei Orçamentária. Esta informação é disponibilizada por meio de arquivos que classificam a receita</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Abrange os dados da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estando compreendido: a) na esfera federal: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas da União), o Poder Judiciário (incluindo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal), o Poder Executivo e o Ministério Público da União (incluindo o Ministério Público do Distrito Federal); b) na esfera distrital: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Distrito Federal) e o Poder Executivo; c) na esfera estadual: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Estado), o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Ministério Público Estadual; e d) na esfera municipal: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver) e o Poder Executivo, todos que publicaram seus relatórios no Siconfi. O art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 dispõe que ao final de cada quadrimestre os titulares de Poderes e órgãos emitirão Relatório de Gestão Fiscal.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Os demonstrativos do RREO, listados a seguir, deverão ser elaborados e publicados até trinta dias após o encerramento do bimestre de referência, exceto para os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, que podem optar por divulgar, semestralmente, parte desses demonstrativos. A estrutura do RREO está definida conforme discriminação a seguir: Anexo 01 Balanço Orçamentário; Anexo 02 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção; Anexo 03 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida; Anexo 04 Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS; Anexo 06 Demonstrativo do Resultado Primário; Anexo 07 Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão; Anexo 09 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital; Anexo 10 RPPS Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores; Anexo 10.1 RPPS Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores; Anexo 10.2 RGPS Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social; Anexo 11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos; Anexo 13 Demonstrativo das Parcerias Públicos-Privadas; Anexo 14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária .	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Resgates do Tesouro Direto	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Este conjunto de dados apresenta o volume financeiro de resgates ocorridos no Tesouro Direto em determinado mês.</p> <p>Os resgates são divididos em três grupos, os títulos recomprados antecipadamente, os que foram carregados até o seu vencimento e os pagamentos de cupons semestrais de juros.</p> <p>O arquivo de Recompras disponibiliza listagem dos títulos que foram entregues pelo investidor antes do vencimento dos mesmos.</p> <p>O arquivo de Vencimentos lista os lançamentos referentes aos títulos que foram levados até a sua data de vencimento. Já o arquivo de Cupom de Juros relaciona os pagamentos de juros semestrais aos quais alguns títulos dão direito.</p>	Não
Restos a Pagar da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>Restos a Pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Processadas são as despesas inscritas em restos a pagar, liquidadas e não pagas.</p> <p>Não Processados, são as despesas empenhadas e não liquidados.</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Resultado Fiscal do Governo Central - Transferências Constitucionais	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	<p>O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional.</p> <p>A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas.</p> <p>Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a</p>	Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Fundo de Terras / Funcafé / Fundo Setorial do Audiovisual / Subvenções Econômicas	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - FAT	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Créditos Extraordinários	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Resultado Fiscal do Governo Central - Balancetes FNO	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Balancetes FCO	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Salário Educação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Seguro Desemprego	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Abono Salarial	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Balancetes FNE	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Receita Bruta e Restituições	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Discricionária-Custeio	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Pessoal: Sentenças Judiciais e Precatórios	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Receitas Diretamente Arrecadadas	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Pessoal e Encargos Sociais	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Fluxo de Caixa do RGPS	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Legislativo / Judiciário / DPU / MPU	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Sentenças Judiciais e Precatórios	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Fundo Constitucional DF	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Resultado Fiscal do Governo Central - Série Histórica	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Retenção de tributos federais, estaduais e municipais no SIAFI	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Os órgãos públicos, ao fazerem seus pagamentos aos fornecedores, são obrigados a fazer retenção de tributos federais, estaduais e municipais, fazendo logo depois o pagamento desses tributos no SIAFI através de documentos DARF, GPS e DAR. Esse conjunto de dados possui a relação mensal desses documentos, com CNPJ do recolhedor, data e valor.	Não
Retenção de tributos municipais no SIAFI – DAR	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Os órgãos públicos, ao fazerem seus pagamentos aos fornecedores, são obrigados a fazer retenção de tributos federais, estaduais e municipais, fazendo logo depois o pagamento desses tributos no SIAFI através de documentos DARF, GPS e DAR. Esse conjunto de dados possui a relação mensal dos documentos DAR, com CNPJ do recolhedor, data e valor.	Não
Saldos devedores e fluxo de recebimentos de haveres financeiros - Por Mutuário	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Dados sobre os saldos devedores e pagamentos realizados por entes subnacionais em decorrência de dívidas com a União. Os dados são divididos por programas (dívidas) e mutuários (Estados, Municípios e entidades de Administração Indireta).	Não
Saldos Devedores e Fluxo dos Recebimentos dos Haveres Financeiros relativos a Estados e Municípios	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Saldos devedores e fluxo de recebimentos de haveres financeiros - Por Programa	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)		Não
Saldos e Fluxos de Recebimentos dos Haveres da União, Excetos os Relacionados a Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Informa os Saldos e os Fluxos de Recebimentos dos Haveres da União, Excetos os Relacionados a Entes da Federação	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Desenvolvimento Regional	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos das ações orçamentárias de incentivo ao desenvolvimento regional que compõe o orçamento dos Encargos Financeiros da União - EFU. Em particular, as ações de equalização dos fundos regionais (00M3) e operações de crédito na área da SUDENE (00P4). Orçamento sob supervisão do Ministério da Fazenda – MF.	Não
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Incentivo à Exportação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias de incentivo à exportação (PROEX) operacionalizadas na modalidade de equalização ou financiamento que compõem o orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC). Em particular, as ações do PROEX equalização (ação 0267) e do PROEX financiamento (ação 0A84). Orçamento sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.	Não
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Microcrédito e Acessibilidade	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias do Microcrédito Produtivo Orientado (ação 00JO) e do Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (ação 0E85) que compõem o orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC). Orçamento supervisionado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.	Não
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Minha Casa, Minha Vida	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura despesas pagas por mês, pelo critério valores pagos e com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, relativas a subvenções econômicas constantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional inserido no Programa de Aceleração do Crescimento.	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Política de Preços Mínimos	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias de Aquisições do Governo Federal - AGF e Garantia e Sustentação de Preços incluídas no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC) e ainda das ações de Aquisições do Governo Federal incluídas no orçamento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA para as quais a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) realiza acompanhamento.	Não
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Programas Rurais	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos das ações orçamentárias de incentivo a programas rurais diversos que compõe o orçamento das Operações Oficiais de Crédito - OOC e dos Encargos Financeiros da União - EFU e estão sob supervisão do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional.	Não
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - PSI e REVITALIZA	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias do Programa de Sustentação do Investimento - PSI (ação 000K), que compõe o orçamento dos Encargos Financeiros da União (EFU), e do programa de Reestruturação Produtiva - REVITALIZA, incluída no orçamento da Operações Oficiais de Crédito (OOC). Orçamentos supervisionados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN ou pelo Ministério da Fazenda – MF.	Não
Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Subvenção a Itaipu	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Apura despesa paga, pelo critério valores pagos, relativo à subvenção econômica por cessão de energia elétrica a Itaipu.	Não
Tabela dos Entes da Federação	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Informações dos Entes da Federação contidas no Siconfi	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Taxas dos Títulos Ofertados pelo Tesouro Direto	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	As taxas e preços dos títulos ofertados pelo Tesouro Direto refletem o mercado secundário de títulos públicos federais. Dessa forma, o investidor pessoa física pode ter acesso aos títulos públicos por meio do Tesouro Direto e saber quais são as taxas e preços de compra e venda praticados em cada dia.	Não
Transferências Constitucionais Para Estados	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Transferências Constitucionais para Municípios	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. Dentre as principais transferências da União para os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.	Não
Transferências da União - Total por Estado	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Total das transferências obrigatórias e discricionárias da União para os estados e Distrito Federal.	Não
Transferências Obrigatórias da União	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Transferências obrigatórias da União para os estados e conjunto de municípios do estado.	Não
Transferências Obrigatórias da União - por Município	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Valor das transferências obrigatórias realizadas pela União em favor dos municípios.	Não
Vendas do Tesouro Direto	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Este conjunto de dados traz o volume de vendas diário do programa Tesouro Direto. Os dados de vendas são apresentados também por tipo de título e por data de vencimento do título. No Tesouro Direto não são mais vendidos títulos com prazo de vencimento inferior a 1 ano.	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Prisma Fiscal	Secretaria de Política Econômica (SPE)	O Prisma Fiscal/SPE é um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhamento da evolução das principais variáveis fiscais brasileiras sob a ótica dos analistas do setor privado. São coletadas previsões para cinco variáveis fiscais (arrecadação das receitas federais, receita líquida do governo central, despesa total do governo central, resultado primário do governo central e dívida bruta do governo geral). A SPE divulga as estatísticas de previsão (mediana, desvio-padrão etc.), mas não as previsões de cada entidade individualmente.	Não
Estatísticas Fiscais Trimestrais do Governo Geral	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Estatísticas trimestrais de finanças públicas de Governo Geral (composto pelo Governo Central, Estados e Municípios) são compiladas de acordo com a metodologia definida pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas (MEFP 2014), em inglês Government Finance Statistics Manual (GFSM 2014), elaborado pelo Departamento de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional - FMI. O referido manual descreve um sistema estatístico integrado e harmonizado com a edição de 2008 do Sistema de Contas Nacionais (System of National Accounts – SNA 2008). A série é composta por informações sobre as transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros do setor Governo Geral.	Não
Resultado Fiscal Estrutural	Secretaria de Política Econômica (SPE)	O resultado fiscal estrutural é o primário consistente com o PIB potencial, preços dos ativos ao nível do equilíbrio de longo prazo e livre dos efeitos de eventos não recorrentes. Trata-se de um indicador de monitoramento da política fiscal que é estimado pela SPE. Mais informações no site da SPE: http://www.fazenda.gov.br/assuntos/politica-fiscal/atuacao-spe/resultado-fiscal-estrutural/resultado-fiscal-estrutural	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Sistema SIRETT	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Relação das Empresas de Trabalho Temporário com Registro no Ministério da Economia (Nome, CNPJ e Telefone).	Não
Sistema Juventudeweb - Consulta pública	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - Sistema previsto § 4º do artigo 430 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, destinado para o cadastro das entidades formadoras de aprendizagem profissional, seus programas, suas turmas e seus aprendizes.	Não
Sistema de Acompanhamento da Execução das Aplicações do FAT (SAEP)	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	Sistema destinado a captação e consolidação mensal das informações analíticas relacionadas as operações de financiamento realizadas com recursos das aplicações financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.	Sim
Base de Gestão do Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER (SAEP)	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	Sistema destinado a geração de informações gerenciais do SAEP e para para cruzamento de dados com outras bases de dados.	Sim
Planilha de Acompanhamento Gerencial do PNMPO	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	Planilhas eletrônicas destinadas ao acompanhamento das informações das instituições cadastradas para participar do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), not termos da Lei Lei n.º 13.636 de 2018 - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e para o monitoramento da execução bimestral das instituições, contendo dados como: clientes atendidos, valor contratado, carteira ativa, quantidade de contratos, percentual de inadimplência.	Não
IMO - BASE DE GESTÃO	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	Fornece informações gerenciais das ações do Sistema Público de Emprego, em especial do sistema transacional de Intermediação de mão de obra e de suas interações com as demais ações (Seguro-desemprego, Qualificação Social e Profissional, PROGER e CAGED)	Com restrição

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Sistema Nacional de Patrimônio - SINPAT	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	Aplicação responsável pelo controle dos bens patrimoniais móveis adquiridos com recursos do FAT, através de convênios celebrados entre o ministério e as entidades conveniadas. O SIMPAT consolida o gerenciamento dos dados das entidades conveniadas e dos bens adquiridos com os recursos do FAT e Tesouro.	Não
Sistema Nacional de Emprego - Sine Aberto	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	Dados desidentificados dos trabalhadores publicadas em formato aberto para a sociedade em geral.	Não
Autuações	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Informações estatísticas dos Autos de Infração lavrados no âmbito da Inspeção do Trabalho	sigilosos (segredo de
FGTS	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Informações estatísticas das fiscalizações de FGTS realizadas no âmbito da Inspeção do Trabalho, com os valores recolhidos e notificados de Contribuição Social e FGTS	sigilosos (dados pes
Aprendizagem	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Informações estatísticas das fiscalizações com inserção de aprendizes no âmbito da Inspeção do Trabalho	sigilosos (dados pes
PCD	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Informações estatísticas sobre a reserva legal de vagas para pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da previdência social no âmbito da Inspeção do Trabalho	sigilosos (dados pes
Saúde e Segurança no Trabalho	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Informações estatísticas sobre as fiscalizações em Saúde e Segurança no Trabalho no âmbito da Inspeção do Trabalho	sigilosos (dados pes
Cadastro de Registro Eletrônico de Ponto	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Dados do cadastro de registro dos equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto	Não
Cadastro de Equipamento de Proteção Individual	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Dados do cadastro de registro de Equipamento de Proteção Individual	Não
Programa de Alimentação do Trabalhador	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Dados das empresas, prestadoras, beneficiárias e nutricionistas cadastrados no Programa de Alimentação do Trabalhador	Não
Trabalho Análogo ao de Escravo	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Cadastro dos empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Não
Trabalho Análogo ao de Escravo e Tráfico de Pessoas	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Informações estatísticas sobre as fiscalizações do trabalho em situação análoga à de escravo e tráfico de pessoas	(segredo de indústria

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Trabalho Infantil	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Informações estatísticas sobre as fiscalizações do trabalho infantil no âmbito da Inspeção do Trabalho	Sim (dados pessoais)
Cadastro das empresas que trabalham com Benzeno	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Cadastro das empresas que trabalham com Benzeno	Não
Cadastro das empresas que trabalham com Amianto	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Cadastro das empresas que trabalham com Amianto	Não
Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário	Secretaria de Trabalho (STRAB)	O Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário foi criado pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. O regime de trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física, disponibilizada por empresa de trabalho temporário, para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços de uma empresa tomadora dos serviços. As informações extraídas da base do SIRETT para o Portal de Dados Abertos são a quantidade de empresas de trabalho temporário cadastradas.	Não
Sistema Mediador	Secretaria de Trabalho (STRAB)	O Sistema Mediador realiza a mediação voluntária entre entidades sindicais e entre estas e empresas e tem lugar quando as possibilidades de entendimento direto entre as partes se esgotaram, tornando necessária a intervenção de um terceiro imparcial e sem interesse direto na demanda, para auxiliá-las a encontrar a solução do conflito. Para alimentar o Portal de Dados Abertos são extraídas a quantidade de solicitações de mediações coletivas de trabalho realizadas.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Cadastro Nacional de Entidades Sindicais	Secretaria de Trabalho (STRAB)	<p>O Sistema Cadastro Nacional de Entidades Sindicais registra o ato de concessão, pelo Poder Público, da personalidade jurídica sindical para as entidades que cumprem as formalidades exigidas pela lei, tornando pública a sua existência e habilitando-as para a prática de atos sindicais, tais como a representação da categoria e a negociação coletiva. O CNES permite informar as normas e procedimentos relativos ao registro de entidades sindicais, de modo a facilitar o acesso dos cidadãos às regras atinentes ao processo de constituição e organização de entidades sindicais e às informações sobre o andamento dos processos relativos ao registro sindical em trâmite. Da base do CNES são extraídas as informações sobre a arrecadação da contribuição sindical urbana das entidades sindicais e a quantidade de registros de entidades sindicais.</p>	Não
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED	Secretaria de Trabalho (STRAB)	<p>O CAGED constitui importante fonte de informação do mercado de trabalho de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do Seguro-Desemprego e, mais recentemente, tornou-se, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho. As estatísticas e micro dados não identificados do CAGED estão publicados no Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho.</p> <p style="text-align: center;">Link: \pdet.mte.gov.br</p> <p>* Conforme Portaria nº 1.127, de 14 de outubro de 2019, as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas -eSocial</p>	de de exclusão de va

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	Secretaria de Trabalho (STRAB)	<p>A RAIS é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.</p> <p>As estatísticas e micro dados não identificados da RAIS estão publicados no Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Link: \pdet.mte.gov.br</p> <p>* Conforme Portaria nº 1.127, de 14 de outubro de 2019, as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas -eSocial</p>	de de exclusão de va
Carteira de Trabalho e Previdência Sociais - CTPS	Secretaria de Trabalho (STRAB)	<p>A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física é o documento obrigatório para toda pessoa que venha a prestar algum tipo de serviço, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na pecuária ou mesmo de natureza doméstica. Ressalta-se que atualmente existe a Carteira de Trabalho Digital, documento totalmente em meio eletrônico e equivalente à antiga, porém não sendo mais obrigatória a sua apresentação no momento da contratação por parte do empregador.</p>	de de exclusão de va

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Registro Profissional e de Contratante	Secretaria de Trabalho (STRAB)	O Registro Profissional é a organização e a identificação de todos os profissionais atuantes em atividades regulamentadas, garantindo que o exercício profissional se dê da maneira estabelecida na Lei. Assim, o registro profissional é condição indispensável ao exercício da profissão. O Ministério da Economia concede o registro profissional a 14 (quatorze) categorias, quais sejam: Agenciador de Propaganda, Artista, Atuário, Arquivista, Guardador e Lavador de Veículos, Jornalista, Publicitário, Radialista, Secretário, Sociólogo, Técnico em Espetáculos de Diversões, Técnico de Segurança do Trabalho, Técnico em Arquivo e Técnico em Secretariado. O Registro de Contratante é o registro das Pessoas físicas ou jurídicas que tiverem a seu serviço Artista ou Técnico em Espetáculos de Diversões para realização de espetáculos, programas, produções ou mensagens publicitárias deverão ser previamente inscritas no Ministério da Economia.	de de exclusão de va
Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	Secretaria de Trabalho (STRAB)	A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é um documento que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10.10.2002. Acompanhando o dinamismo das ocupações, a CBO tem por filosofia sua atualização constante de forma a expor, com a maior fidelidade possível, as diversas atividades profissionais existentes em todo o país, sem diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional. Consta relação dos códigos, descrição das ocupações, gráfico de atividades, relatórios de estrutura e listagem da CBO, tábua de conversão de família, tábua de conversão CBO2002 - CBO94 - CIUO88, histórico de alterações e recepção de demandas de atualizações por usuário externo.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Seguro-Desemprego Trabalhador Formal	Secretaria de Trabalho (STRAB)	O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art.7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente. Após a Constituição de 1988, o benefício do Seguro-Desemprego passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, auxiliá-lo na manutenção e busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.	Sim
Seguro-Desemprego Empregado Doméstico	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Benefício concedido ao trabalhador doméstico maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.	Sim
Seguro-Desemprego Trabalhador Resgatado	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Benefício concedido ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.	Sim
Seguro-Desemprego Pescador Artesanal	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso. Benefício habilitado pelo INSS e pagamento de responsabilidade da CGGB	Sim
Bolsa de Qualificação Profissional	Secretaria de Trabalho (STRAB)	Benefício concedido ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo, devidamente matriculado em curso ou programa de Qualificação Profissional oferecido pelo empregador.	Sim

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Avaliação Financeira do FAT	Secretaria de Trabalho (STRAB)	A Avaliação Financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, é realizada em cumprimento ao estabelecido na alínea “a”, inciso IV, § 2º, art. 4º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, e ao disposto no § 2º do art. 4º da Resolução CODEFAT nº 440, de 02 de junho de 2005, para subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício seguinte a sua elaboração.	Não
Portal FAT	Departamento de Gestão de Fundos (DEF)	O Portal FAT permite acesso facilitado do público em geral às informações relativas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ampliando, assim, a transparência no uso dos recursos públicos. Nele são disponibilizados dados e informações sobre a aplicação de recursos do FAT nas políticas por ele financiadas, como relatórios de gestão financeira e de resultados da execução física. Por seu intermédio também se pode saber quais são os conselheiros do CODEFAT que fazem a gestão do Fundo, detalhados por segmentos de trabalhadores, empregadores e governo, bem como a agenda anual de trabalho e o resultado das deliberações. Em nova versão da ferramenta, será disponibilizado um canal de acesso privilegiado aos Conselheiros do CODEFAT contendo dados, dinâmicos e sensíveis, da aplicação dos recursos, favorecendo a tomada de decisão ainda mais qualificada pelos conselheiros. O Portal FAT pode ser acessado por meio do endereço portalfat.mte.gov.br	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
SG-CETER	Departamento de Gestão de Fundos (DEF)	<p>Esse Sistema de Gestão de Conselhos possibilita a operacionalização das tarefas técnico-administrativas da Secretaria Executiva do CODEFAT e gestão do CODEFAT, relacionadas aos Conselhos de Trabalho, Emprego e Renda - CTER, aos quais cabe a gestão no Estados e Municípios da aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT nas políticas executadas no âmbito da Rede do Sistema Nacional de Emprego - SINE.</p> <p>A comunicação via Sistema com os Conselhos apoiará e facilitará a promoção e a integração entre as ações dos Conselhos de Trabalho, Emprego e Renda e as políticas e diretrizes do CODEFAT, possibilitando o intercâmbio de informações entre os Conselhos e orientando o seu funcionamento.</p> <p>O Sistema está em processo de homologação junto à empresa Dataprev e brevemente poderá gerar relatórios com informações sobre os conselheiros locais e os resultados de suas deliberações, constituindo-se em ampla rede de governança do FAT, capaz de ser acionada via canal de comunicação constante da sua plataforma.</p>	Não
SIAPA	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	<p>Bens Dominicais - Bens dominicais são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público. Mas a eles não foi dada nenhuma destinação pública específica. Em outras palavras os bens dominicais são bens desafetados. (Exs: prédios públicos desativados, terras devolutas)</p> <p>Bens de Uso Comum do Povo - Os bens de uso comum do povo são aqueles que podem ser utilizados livremente pela população, por exemplo: praças, rios, praias, ruas etc. (Bens inalienáveis)</p> <p>Contituiçã Federal - Art. 20 - Áreas da União</p>	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet)	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	São os bens que visam à prestação de serviços públicos. Como exemplos de bens de uso especial, podemos citar: escolas públicas, postos de saúde, agências dos correios, do INSS etc. Por estarem afetados a uma finalidade pública, esses bens são inalienáveis.	Não
CIF	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	Sistema de gestão dos imóveis que estão sob a responsabilidade da SCGPU e destinados a moradia de servidores públicos no âmbito do Distrito Federal.	Parcialmente
Portarias de PPB's publicadas	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	São disponibilizadas informações acerca do Número de Portarias de Fixação e Alteração de PPB's Publicadas.	Não
Consultas Públicas Publicadas de PPB's	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	São disponibilizadas informações acerca do Número de Consultas Públicas Publicadas de PPB's.	Não
Habilitações Provisórias Publicadas de PPB's	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	São disponibilizadas informações acerca do Número de Habilitações Provisórias Publicadas.	Não
Lista de Atos de Registro de Compromissos para comercialização no Brasil	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Lista de empresas que solicitaram ato de registro de compromissos para fabricar/comercializar veículos no país, na forma da Lei 13.755/2018	Não
Lista de Empresas Habilitadas ao Programa Rota 2030	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Lista de empresas habilitadas ao Programa Rota 2030, de que trata o capítulo II da Lei 13.755/2018	Não
Lista de Autopeças não produzidas	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Lista de bens integrantes do regime tributário de autopeças não produzidas, de que trata o capítulo III da Lei 13.755/2018.	Não
Programas Prioritários Credenciados	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Lista de Programas Prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor automotivo e a sua cadeia de produção credenciados pelo Conselho Gestor dos Programas Prioritários.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Estatísticas sobre Pleitos se Concessão ou Renovação de Ex-tarifários	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	<p>São disponibilizadas as seguintes informações acerca do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de pleitos recebidos e de empresas solicitantes; - Quantidade de pleitos convertidos em Ex-tarifários e de empresas atendidas; - Valor anual das importações previstas nos pleitos convertidos em Ex-tarifários, segundo origem das importações; - Valor anual das importações previstas nos pleitos convertidos em Ex-tarifários, segundo origem das importações. 	Não
Anúncios de Projetos de Investimentos	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	<p>Dentre as frentes de trabalho da Renai, destacam-se atividades específicas de coleta, análise, organização e cadastro de anúncios de investimentos produtivos no País. O Banco de Dados resultante desse trabalho é divulgado trimestralmente, por meio de Relatório, e contém informações referentes a: empresa/grupo que pretende investir no Brasil; capital de origem; descrição do investimento; setor, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; valor, em dólares, do investimento; local; e período.</p>	Não
Fiscalizações Realizadas de PPB's	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	São disponibilizadas informações acerca do Número de Fiscalizações Realizadas.	Não
Orçamento de Investimento das Estatais Não Dependentes	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)	Dados sobre a receita e despesa do Orçamento de Investimento (OI) das Empresas Estatais Federais Não Dependentes.	Não
Sistema de Consultas sobre Tarifas, Regras de Origem e Serviços dos Acordos Comerciais Brasileiros	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	<p>Informações sobre preferências tarifárias contidas nos acordos de bens dos quais o Brasil é signatário; sobre as regras de origem a serem cumpridas para a obtenção desse benefício tarifário; sobre os compromissos previstos nos acordos de serviços firmados pelo Estado brasileiro e sobre as tarifas aplicadas no comércio entre o Brasil e seus principais parceiros.</p>	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Lista de Empresas habilitadas aos benefícios do ACE 14 e aos benefícios previstos na Resolução CAMEX nº 102/2018	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Lista de Empresas habilitadas aos benefícios previstos no 38º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 14, assinado entre os Governos da República Argentina e da República Federativa do Brasil, que trata da Política Automotiva Comum entre os dois países; e aos benefícios previstos na Resolução CAMEX nº 102/2018	Não
Acompanhamento das Cotas de Importação	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Divulgação das informações referentes à utilização de cotas na importação decorrentes de Acordos no âmbito da ALADI, Desabastecimento ou inclusão na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum.	Não
Lista consolidada de resultados de apuração nacional	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Lista consolidada de resultados de apuração de produção nacional de bens usados e sujeitos ao exame de similaridade, prevista nos arts. 37-A e 46-B da Portaria SECEX nº 23/2011.	Não
Movimento nos últimos 12 meses - Drawback Suspensão	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Informações sobre os totais mensais das exportações, importações e compras no mercado interno e as realizadas, ao amparo do drawback suspensão.	Não
Movimento nos últimos 12 meses por Tipo/NCM - Drawback Suspensão	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Informações sobre os totais mensais das exportações, importações e compras no mercado interno e as realizadas, por tipo (comum, intermediário, embarcação, Fornecimento no Mercado Interno, Genérico, Embarcação Genérico, Intermediário Genérico), e NCM.	Não
Movimento nos últimos 12 meses - Drawback Isenção	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Informações sobre os totais mensais das importações de insumos realizadas ao amparo do drawback isenção.	Não
Relatório de dados consolidados de drawback suspensão e isenção	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Consolidação das informações sobre os totais das operações vinculadas ao regime de drawback nas modalidades suspensão e isenção.	Não
Empresas usuárias de drawback suspensão e isenção	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Divulgação das empresas usuárias do regime de drawback nas modalidades suspensão e isenção.	Não
Quantidade de pleitos de Ex-tarifários recebidos e de empresas solicitantes	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Distribuição mensal dos pleitos novos e de renovação recebidos pelo MDIC, e das distintas empresas solicitantes.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Investigações de Defesa Comercial em curso no Brasil	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Apresenta informações atualizadas sobre todas as investigações de defesa comercial (antidumping, subsídios e medidas compensatórias ou salvaguardas) em curso no Brasil. Para cada uma das investigações em curso, são disponibilizados os prazos processuais, os principais atos exarados pelas autoridades competentes no decorrer do processo administrativo, os questionários a serem respondidos pelas partes, interessadas, bem como a situação atual na qual se encontra a investigação.	Não
Medidas de Defesa Comercial em vigor no Brasil	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Apresenta as medidas de defesa comercial (antidumping, compensatórias ou de salvaguarda) em vigor aplicadas após procedimento administrativo conduzido pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público. Para cada uma das medidas em vigor, são disponibilizados os atos administrativos referentes à aplicação da medida, o prazo de vigência e os montantes dos direitos aplicados.	Não
Apoio ao exportador brasileiro investigado por Defesa Comercial em outras jurisdições	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Os exportadores brasileiros cujos produtos estão sendo investigados ou que se encontram sujeitos a medidas antidumping, compensatórias ou de salvaguardas, podem contar com o apoio da SDCOM, pois a Subsecretaria está habilitada a prestar os esclarecimentos necessários e orientar os exportadores sobre os procedimentos para a elaboração de defesa, no sentido de assegurar que as normas contidas nos Acordos Antidumping, Subsídios e de Salvaguardas da OMC sejam observadas.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Avaliações de Interesse Público em curso	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Apresenta informações atualizadas sobre todas as avaliações de interesse público em curso no Brasil. Para cada uma das investigações em curso, são disponibilizadas a investigações de defesa comercial relacionadas, os principais atos exarados pelas autoridades competentes no decorrer do processo administrativo, bem como a situação atual na qual se encontra a avaliação. Adicionalmente, nos casos de avaliações de interesse público facultativas, constam informações sobre a pendência de envio de questionários.	Não
Suspensões por interesse público em vigor	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Apresenta a relação das medidas de defesa comercial alteradas ou suspensas por razões de interesse público após procedimento administrativo conduzido pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.	Não
Lista de Tratamentos Administrativos Aplicados às NCM	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Tratamento (controle) administrativo aplicado às importações e exportações, por NCM.	Não
Exportações por Município da empresa importadora e Posição do Sistema Harmonizado (SH4) desde 1997	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Pacote com arquivo CSV com separador ponto e vírgula (;) detalhado por ano, mês, código SH4, código de país de destino/origem do produto, código da UF do domicílio fiscal da empresa, código do município domicílio fiscal da empresa importadora, quilograma líquido, valor dólar FOB (US\$).	Não
Importações por Município da empresa importadora e Posição do Sistema Harmonizado (SH4) desde 1997	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Pacote com arquivo CSV com separador ponto e vírgula (;) detalhado por ano, mês, código SH4, código de país de destino/origem do produto, código da UF do domicílio fiscal da empresa, código do município domicílio fiscal da empresa importadora, quilograma líquido, valor dólar FOB (US\$).	Não
Cotas de Exportação	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Divulgação de produtos e operações sujeitos a controle de cotas na exportação.	Não
Estatísticas quadrimestrais de Defesa Comercial e Interesse Público	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	As estatísticas de Defesa Comercial e Interesse Público trazem o detalhamento de todos o resultados alcançados pela SDCOM em cada quadrimestre, integrando o esforço para dar mais transparência às atividades executadas pela Subsecretaria.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Tabelas de Correlações de Códigos e Classificações	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Arquivos em CSV para correspondência dos códigos utilizados nos dados apresentando as descrições, classificações e agrupamentos utilizados nas divulgações e publicações (Tabelas de domínio).	Não
Ex-tarifários de BK e BIT vigentes	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Listas contendo os códigos na NCM (e suas distribuições nos Capítulos e Posições), as descrições e as datas de vencimento dos Ex-tarifários de BK e BIT atualmente vigentes.	Não
Quantidade de pleitos de Ex-tarifários concedidos e de empresas atendidas	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Quantidade mensal dos pleitos novos e de renovação recebidos pelo Ministério que foram convertidos em Ex-tarifários de BK ou BIT, e quantidade mensal das distintas empresas que foram atendidas.	Não
Previsão das importações a serem amparadas por Ex-tarifários concedidos, segundo país de origem	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovações (SDIC)	Valor, em US\$, das importações a serem realizadas pelas empresas pleiteantes de pleitos novos ou de renovação, que tiveram seus pleitos convertidos em Ex-tarifários, e que serão amparadas pelo Regime de Ex-tarifário. Esse valor é distribuído segundo o país de origem das importações. Ressalta-se que esse valor é uma previsão dos planos de importação, informada pela própria empresa no momento de admissão de seu pleito, com prazo de realização durante o tempo de vigência do Ex-tarifário. Assim, o valor das importações efetivamente amparadas pelos Ex-tarifários concedidos pode ser diferente.	Não
Indenizações do SCE/FGE	Secretaria-Executiva da Câmara do Comércio Exterior (CAMEX)	Publicação das indenizações pagas pela União desde 2017 no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação.	Não
Resultados de Investigações de Origem não Preferencial	Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)	Investigação de Origem por Produto.	Não
Operações pautadas no COFIG	Secretaria-Executiva da Câmara do Comércio Exterior (CAMEX)	Planilha com todas as operações de exportação com pedido de apoio oficial (Programa de Financiamento às Exportações - Proex e/ou Seguro de Crédito à Exportação com lastro no Fundo de Garantia à Exportação - SCE/FGE) levadas para deliberação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.	Sim

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Certificados e Promessas de Garantia de Cobertura de SCE emitidos.	Secretaria-Executiva da Câmara do Comércio Exterior (CAMEX)	Planilha com os Certificados e promessas de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação emitidos.	Sim
Dados Debêntures Emitidas - Lei 12.431/2011	Secretaria de Política Econômica (SPE)	Dados relacionados à Debêntures Incentivadas, vinculadas a Lei 12.431/2011 .	Não
Dados Portarias aptas a emitirem debêntures - Lei 12.431/2011	Secretaria de Política Econômica (SPE)	Dados relacionados à Portarias autorizadas a emitirem debêntures incentivadas, vinculadas a Lei 12.431/2011.	Não
Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais			Não
Plano Plurianual 2012-2015 Federal	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Dados Anualizados do Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012-2015. Foram gerados os arquivos de Programas, Indicadores, Objetivos, Metas, Iniciativas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativa para cada ano do PPA.	Não
Plano Plurianual 2012-2015 e Programas Federais	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Contém a lista de programas de políticas públicas federais, apresentados pelos nomes mais utilizados nas divulgações de governo. O primeiro arquivo contém os Programas Federais associados a seus produtos conforme declaração dos Órgãos executores, bem como a unidade da federação para quem destina-se. Também estão apresentados o instrumento jurídico e a instituição financeira que operacionaliza a execução do Programa Federal. O segundo arquivo apresenta o nome do programa federal associado as metas e as iniciativas do Plano Plurianual - PPA 2012-2015. As metas e iniciativas são ligadas aos objetivos declarados nos programas temáticos do PPA, demonstrando a consonância entre os planos e programas setoriais e o PPA, conforme previsão da Constituição.	Não
Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 Federal	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Dados anualizados da Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012-2015. Foram gerados os arquivos de Indicadores, Objetivos e Metas para cada Ano do PPA. Para o ano de 2015, não houve avaliação específica no nível de Objetivo.	Não

ANEXO I**Inventário de Dados do Ministério da Economia**

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Plano Plurianual 2016-2019 Federal	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Contém a lista dos programas temáticos, indicadores, objetivos, iniciativas e metas do PPA 2016-2019 e as atualizações ao longo dos 4 anos de vigência do Plano. As metas, dos objetivos, estão associadas ao respectivo Órgão responsável da Administração Pública Federal e são o foco de acompanhamento do Plano bem como os indicadores, publicados juntamente com a aferição. As iniciativas que caracterizam empreendimentos individualizados constam em lista específica com indicação de custo total do empreendimento bem como data de início e término.	Não
Plano Plurianual 2016-2019 Federal e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Contém a lista Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas associadas ao Plano Plurianual 2016-2019 com respectivos objetivo e meta ou iniciativa do Programa Temático cuja declaração possui equivalência ao ODS.	Não
Plano Plurianual 2016-2019 Federal - Avaliação	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Informações sobre o andamento dos atributos que compõem o PPA 2016-2019, que estão informadas no Relatório de Avaliação entregue ao Congresso Nacional anualmente, conforme definido na Lei 13.249 de 13 de janeiro de 2016	Não
Plano Plurianual PPA 2016-2019 - Programação Qualitativa	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Conjunto dos atributos que compõem o PPA 2016-2019	Não
Benefícios Financeiros e Creditícios	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)	Base de dados com os valores dos benefícios financeiros e creditícios do governo federal e que subsidiam a elaboração da publicação "Orçamento de Subsídios da União" e das informações complementares ao PLOA.	Não
Execução do Orçamento Federal	Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	Detalhes da programação orçamentária e sua execução.	Não
Informações relacionadas ao controle da execução de emendas parlamentares	Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	Detalhes da programação orçamentária alocada para emendas impositivas no orçamento federal e sua execução.	Não
Dados referentes ao Acompanhamento Físico e Financeiro das Ações Orçamentárias	Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	Captação física das ações que compõem o orçamento sendo executado	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Informações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias	Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	Propostas colocadas para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus pareceres (textos)	Não
Alterações Orçamentárias (créditos)	Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	Detalhes das alterações feitas no orçamento federal em execução	Não
Órgãos de Exercício dos ATIs	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Os servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação - ATI, além do exercício na Secretaria de Governo Digital- SGD/ME, também podem atuar, de forma descentralizada, nos diversos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF. Atualmente, 466 ATI estão em exercício nesses órgãos, formando um núcleo especializado de servidores com atuação dedicada à melhoria contínua dos processos relacionadas à gestão da Tecnologia da Informação.	Sim
Cargos Vagos no Poder Executivo Federal	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	O conjunto contempla o quantitativo de cargos públicos efetivos vagos no Poder Executivo Federal Civil. A informação inclui Administração Direta, Autarquias e Fundações, excluindo-se dados sobre servidores do Banco Central do Brasil e das Carreiras de Inteligência da ABIN.	Não
Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE)	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	Contempla os dados cadastrais de servidores públicos efetivos ativos do Poder Executivo Federal Civil que recebem Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (Gsiste), como nome, CPF, cargo, órgão. O arquivo disponibilizado reúne informações dos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipef) e não inclui dados sobre servidores do Banco Central do Brasil.	Não
Remuneração Compensatória - "Quarentena"	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	O conjunto contempla dados cadastrais de Ex-dirigentes do Poder Executivo Federal, como nome, Órgão de atuação e remuneração.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Gestão de Pessoas (Executivo Federal) - Carreiras / Cargos	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	O conjunto contempla dados das Carreiras/cargos/empregos públicos ocupados por servidores e empregados públicos ativos do Poder Executivo Federal civil, militares dos Ex-Territórios Federais e militares do Governo do Distrito Federal. Os dados apresentados abrange, dentre outros, nome, órgão, remuneração.	Não
Gestão de Pessoas (Executivo Federal) - Cargo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS)	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	O conjunto de dados contempla os ocupantes de Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) do Poder Executivo Federal civil, militares dos Ex-Territórios Federais e militares do Governo do Distrito Federal. Os dados apresentados abrangem, dentre outros, informações cadastrais, como nome, órgão, remuneração.	Não
Gestão de Pessoas (Executivo Federal) - Abono Permanência	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	Contempla os dados cadastrais de servidores públicos federais que recebem abono permanência, como nome, CPF, cargo, órgão.	Não
Gestão de Pessoas (Executivo Federal) - Afastamentos e Licenças	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	Contempla os dados cadastrais individualizados de servidores/empregados públicos do Poder Executivo Federal, como nome, CPF, cargo, órgão e ocorrência de afastamento/licença.	Não
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	O Programa de Desligamento Voluntário - PDV foi instituído pela Medida Provisória nº 792 de 26 de julho de 2017 e teve seu prazo de vigência encerrado em 28 de novembro de 2017. O conjunto de dados não contempla servidores do Banco Central do Brasil nem as Carreiras de Inteligência da ABIN.	Não
Gastos de pessoal com Auxílios	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	Dados sobre os Auxílios pagos pelo Poder Executivo Civil, como Auxílio transporte, alimentação, moradia, auxílio restituição de transporte.	Não
Previdência Complementar dos Servidores do Poder Executivo Civil	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	Dados de Previdência Complementar dos servidores do Poder Executivo Civil	Sim
Pensionistas do Poder Executivo Federal	Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	Base de Pensionistas do Poder Executivo Federal Civil, administração direta, autarquias e fundações. Não contempla servidores do Banco Central do Brasil nem as Carreiras de Inteligência da ABIN.	Sim

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Base Nacional de Serviços Públicos para o Cidadão	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre serviços públicos cadastrados no Portal gov.br	Não
Base Nacional de Avaliação de Serviços Públicos para o Cidadão	Secretaria de Governo Digital (SGD)		
Avaliação dos serviços públicos	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre as avaliações dos usuários de serviços públicos	Desde que não individualizado
Avaliação da informação dos serviços públicos	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre as avaliações de informação constantes no Portal gov.br	Desde que não individualizado
Avaliação dos serviços públicos via SMS	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre as avaliações dos usuários de serviços públicos via SMS (atualmente exclusivo em serviços do INSS)	Desde que não individualizado
Diálogos de chatbot	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações dos diálogos registrados no chatbot do Portal gov.br	Sim
Dados de execução dos serviços digitais	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre o processo de requisição e recebimento de serviços em plataforma de automação contratada pelo Ministério da Economia (quantidade de trâmites, tempo de execução etc.)	Desde que não individualizado
Dados de navegação dos usuários no Portal gov.br	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre a navegação dos usuários no Portal Gov.br (quantidade de acessos, origem e destino dos acessos, tempo de visita etc.)	Desde que não individualizado
Dados dos custos da transformação de serviços	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre o impacto gerado pela transformação digital em termos de economia para a sociedade e para o Estado	Não
Relação de órgãos que utilizam a malha da INFOVIA	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Relação de Órgãos que utilizam a malha da INFOVIA	Não
Relação de softwares no SPB	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Relação de softwares no SPB	Não
Base de domínios gov.br	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Informações sobre os domínios gov.br registrados no Registro.br e autorizados pelo Ministério do Planejamento.	Não
Catálogo de Órgãos do SISP	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Órgãos, que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, bem como seus respectivos dirigentes de TI.	Não

ANEXO I

Inventário de Dados do Ministério da Economia

Conjunto de Dados	Unidade Responsável	Descrição	Sigiloso (sim/não)
Plano de Trabalho dos Órgãos do SISP	Secretaria de Governo Digital (SGD)	Os planos de trabalho são documentos pactuados entre o Órgão Central e os Órgãos Setoriais do SISP, que visam o alcance de metas relacionadas a Projetos Estratégicos dos Órgãos, a Estratégia de Governança Digital e a Projetos Estruturantes. Alguns desses planos de trabalho alcançam, inclusive, órgãos seccionais no âmbito do SISP. O ciclo de acompanhamento dos Planos de Trabalho será realizado anualmente, entre Julho/2018 e Junho/2019.	Não
Catálogo de Software do SISP – 2016	Secretaria de Governo Digital (SGD)	O objetivo do Catálogo de Software do SISP é centralizar as informações dos sistemas de informação utilizados pelo setor público, além das maiores necessidades de sistemas de informação dos Órgãos. Com essas informações será possível para a STI acompanhar a compra ou desenvolvimento de sistemas de informação, auxiliar os órgãos integrantes do SISP na busca de soluções alternativas, no incentivo ao reuso de software, na coordenação de compras compartilhadas, no incentivo ao desenvolvimento colaborativo, e na troca de experiências entre os órgãos do SISP.	Não
Chamados da Central de Serviços e Suporte do Sisp - C3S	Secretaria de Governo Digital (SGD)	A C3S registra as demandas abertas e as respectivas respostas classificadas nas diferentes temáticas do catálogo de serviços.	Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

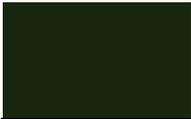
Sim

Sim

Sim

Sim

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Não

Não

Não

Não

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Sim



Disponível em Portal dados.gov.br

Não

Não

Não

Não

Não

Não

Não

Não

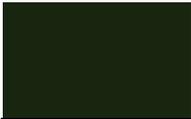
Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Não



Disponível em Portal dados.gov.br

Não

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Não

Não

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

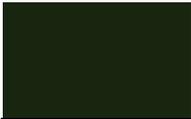
Sim

Não

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

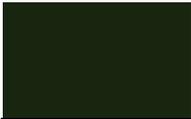
Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

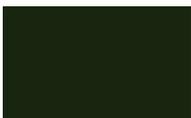


**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



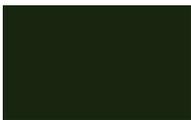
**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

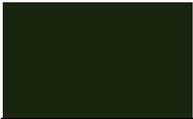
Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

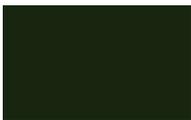
Sim

Sim

Sim

Sim

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Sim

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Não

Não

Não

Não



Disponível em Portal dados.gov.br

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Não

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Não

Não

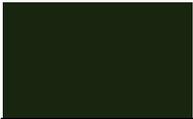
Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Sim



Disponível em Portal dados.gov.br

Sim

Não

Sim

Sim

Sim

Não

Não

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Sim

Sim

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Não

Sim

Sim

Sim

Não

Não

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Sim

Sim

Sim

Não

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Não

Sim

Não



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Não

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Não

Não

Sim

Sim

Sim

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim

Sim

Sim

Não

Não

Não



Disponível em Portal dados.gov.br

Sim

Não

Sim



**Disponível em
Portal
dados.gov.br**

Sim

Sim

Sim